

Causa do Povo

JORNAL DA UNIÃO POPULAR ANARQUISTA - UNIPA - Nº 38 - NOVEMBRO DE 2007

www.unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

O lugar do Negro na luta de classes: o racismo no capitalismo ultra-monopolista

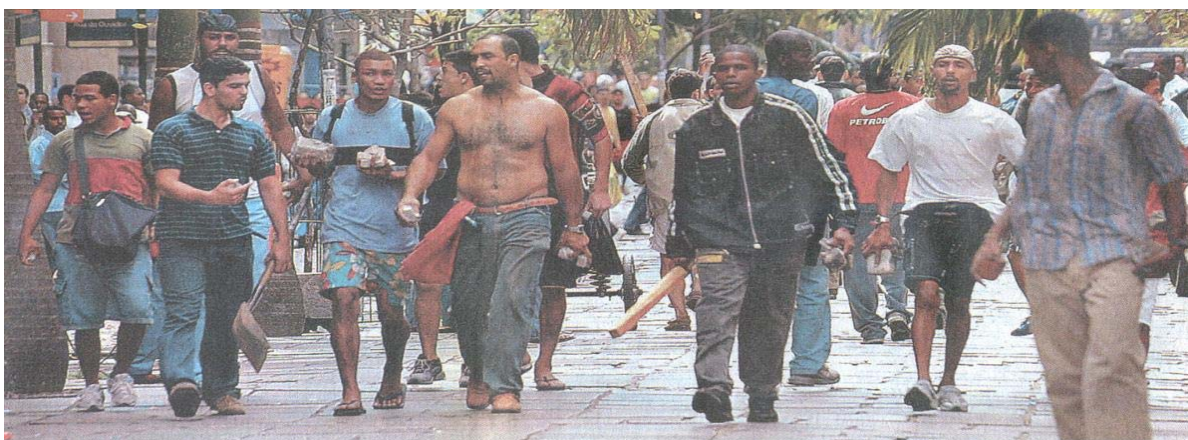
O dia 20 de novembro (data da morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da rebelião de escravos) é um marco da luta dos negros no Brasil. É um dia que marca a atualização da memória da luta contra a escravidão e o processo de colonização. É um marco da luta contra a discriminação e pela valorização da memória e reconhecimento da cultura negra para a formação da sociedade brasileira.

Entretanto, é preciso colocar problema da luta contra o racismo de um outro ângulo: o do lugar do negro na luta de classes. Grande parte da abordagem acerca da questão étnico-racial no Brasil tem sido colocada a partir de uma visão "culturalista", que se insere no quadro de políticas reformistas ou mesmo neoliberais de "compensação". O problema da luta contra o racismo é separado da luta contra o capitalismo. Buscam-se medidas que visam garantir uma "melhor inserção" do negro no "Estado e no Mercado". As políticas de ação afirmativa, descoladas de uma perspectiva mais ampla do papel do negro na luta de classes, se convertem num instrumento de conciliação que não questiona as estruturas de poder que reproduzem o próprio racismo.

Nesse sentido, é preciso deslocar o foco da questão racial para a relação **capitalismo/racismo** e pensar como o negro pode e deve se colocar na luta de classes. Por outro lado, devemos refletir sobre como os trabalhadores devem assumir em seu conjunto a luta

contra o racismo. Somente dessa maneira poderemos adotar medidas efetivas na luta contra o racismo e a exploração capitalista.

1 – Racismo e superexploração na "democracia racial".



Camelôs enfrentam a Guarda Municipal no Centro do Rio de Janeiro - 2002.
Parcela significativa do proletariado marginal é composto por trabalhadores negros.

O racismo foi e é um dos principais mecanismos ideológicos de organização da economia capitalista e do imperialismo. O racismo pode ser considerado como uma forma de criar contradições e desigualdades "transversais" as contradições e desigualdades de classes.

O racismo (bem como outras ideologias como o nacionalismo e o colonialismo) se desenvolveu paralelamente a expansão do imperialismo. O imperialismo é um regime de acumulação centrado na exportação de capitais, apoiado pelo poderio militar

e baseado na diferenciação "centro-periferia".

A exportação de capitais do centro para a periferia só faz sentido quando as taxas de lucro são maiores na periferia. Como garantir uma maior lucratividade? Aumentando a exploração. Como criar mecanismos que viabilizem

salários superiores e salários indiretos (por meio de garantias sociais e "poupanças"), enquanto na esfera inferior do mercado de trabalho praticam-se salários menores, maiores jornadas de trabalho e não são garantidos salários indiretos.

Dessa maneira, a ação do imperialismo produziu uma segmentação "centro-periferia" e também dentro de cada país central e periférico. O racismo foi um dos operadores centrais para viabilizar a segmentação do mercado de trabalho. População "imigrante" (como os mexicanos nos EUA e argelinos na França) são sistematicamente levados para o centro para serem pilares da economia capitalista nacional, e sua superexploração é viabilizada pelas ideologias racistas e nacionalistas e seus mecanismos de discriminação.

a super-exploração do trabalho? É aqui que entra a **função capitalista do racismo e de outras ideologias discriminatórias**.

A organização do sistema mundial imperialista criou distinções nas relações de produção e trabalho entre centro e periferia, e também dentro dos países centrais periféricos. O desenvolvimento da acumulação capitalista mundial aprofundou tal diferenciação nas relações de trabalho, criando um **duplo mercado de trabalho**. A esfera superior do mercado de trabalho é onde são praticados

O racismo está associado ao capitalismo e ao imperialismo, e não somente através do preconceito, mas no centro da relação de exploração. É essa relação de "exploração" baseada em ideologias e políticas discriminatórias que viabiliza as taxas de lucro. A opressão nacional entre países centrais e periféricos por meio do imperialismo e colonialismo é uma outra face da opressão racial e étnica interna dentro dos países centrais e periféricos (e vice-versa).

Os mais recentes dados do DIEESE confirmam nossa análise. A análise do mercado de trabalho em seis

Leia nessa edição:

A "Marcha" do dia 24 de outubro de 2007 - página 2.

Ação Direta por SEPE Classita e Combativo - página 3.

1937-2007: 70 anos das Jornadas de Maio na Espanha - página 4.

regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte) mostram que os negros representam 46,6% da população economicamente ativa. Enquanto no contingente de desempregados corresponde a mais da metade (55,3%). Os dados de 2006 reiteram que entre os trabalhadores negros é maior a proporção de ocupados em situações vulneráveis, que varia de 42,7% - em Salvador - a 33,5% - no Distrito Federal -. Já entre os não-negros, esses patamares se situam entre 33,7%, em Recife, e 25,6%, no Distrito Federal. (DIEESE-Os Negros nos mercados de trabalho metropolitanos, 2006).

Mas o mais importante é perceber como a tendência da precarização do trabalho (característica da etapa ultra-monopolista do capitalismo mundial), materializadas nas reformas trabalhistas, no Super Simples e etc, expressam os mecanismos discriminatórios que operam sobre a classe trabalhadora brasileira em seu conjunto, para viabilizar as maiores taxas de lucro no Brasil. Ao mesmo tempo tem como efeito o acentuamento da exploração dos negros. A cadeia imperialismo-capitalismo nacional-racismo é inegável.

Por isso, a luta contra o racismo deve tomar como centro **a relação de exploração capitalista** e ao mesmo o tempo os trabalhadores em seu conjunto devem assumir a luta **contra o racismo como parte da luta contra o capitalismo e o imperialismo**.

2 - O negro, as organizações de classe e as questões sociais.



“Todos Negros”.

A foto de Luiz Morier, publicada em 1982 no JB, flagra uma ação policial num dos morros do Rio de Janeiro. A violência policial, que é direcionada preferencialmente contra o proletariado negro, é uma das principais expressões do racismo, da exploração e da dominação burguesa.

A questão étnico-racial no Brasil tem então de ser inserida numa outra política. O problema principal não criar “políticas públicas de compensação”, mas como inserir o setor mais explorado do proletariado brasileiro, de forma massiva, nas organizações e luta de classes.

Dessa maneira, a luta contra o racismo não é uma atividade exterior, paralela e “complementar”, meramente de caráter cultural-educacional, mas está no centro mesmo da luta contra os mecanismos discriminatórios da

superexploração. É claro que tais mecanismos de superexploração não atingem somente os negros. E por isso mesmo, a luta contra o racismo pode e deve se tornar uma luta da classe trabalhadora em seu conjunto. Não se trata então investir em políticas “afirmativas/compensatórias” através do Estado burguês, mas de colocar o povo negro dentro das organizações de classe (sindicatos, comitês de base e movimentos).

Essa tarefa é a essencial do atual

momento: **organizar a massa do proletariado precarizado e superexplorado, o que em grande parte organizar o proletariado negro. É preciso abrir os sindicatos aos negros e suas demandas, assumir a especificidade da sua condição e a luta contra sua superexploração.**

A luta contra o racismo deve se expressar também no reconhecimento dos mecanismos difusos e complexos de sua operação. Não somente no mercado de trabalho, mas também na questão agrária e urbana – duas das principais questões que se colocam ao povo negro e ao proletariado brasileiro em seu conjunto. No campo, um dos principais problemas é a luta pelo reconhecimento étnico e pelo acesso à terra. Na cidade, a luta pelo acesso à moradia e contra a violência e repressão policial. A constituição de movimentos de base “étnico-racial” devem necessariamente ter um conteúdo classista. Ou seja, a afirmação da identidade étnica não pode perder de vista que a opressão étnico-racial é indissociável da dominação da classe burguesa.

A luta pelas reivindicações do povo negro (na cidade e no campo) por terra e moradia, e contra a opressão e violência policial, passam pela ação direta e autodefesa da classe, uma vez que essa opressão atinge também o conjunto do proletariado. A organização dos negros dentro da organização da classe, e a vinculação dos seus movimentos de base étnica ao conjunto do movimento operário-camponês é a única via possível para a libertação do povo negro, que se realizará com a libertação do proletariado em seu conjunto. ■

Pela destruição do racismo e da exploração burguesa! Pela construção do Poder Popular!

A “Marcha” do dia 24 de outubro de 2007

No último dia 24 de outubro foi realizada na capital federal a “Marcha Contra a Reforma da Previdência”. Convocada pelo “Fórum Nacional de Mobilização Contra as Reformas Neoliberais”, criado no dia 25 de março desse ano, a “Marcha” estava inserida na política de “unidade de ação” com setores governistas e para-governistas (política reformista exaustivamente denunciada pela UNIPA) defendida pelo campo majoritário da CONLUTAS.

Numa passeata movida

pela ideologia pacifista e marcada pelo oportunismo eleitoral de partidos como o PSOL e o PSTU, cerca de 16 mil manifestantes saíram do Estádio Mané Garrincha em direção ao Ministério da Previdência. Segundo o comando da “Marcha” o objetivo era encerrar a manifestação em frente ao Ministério da Previdência, em seguida seriam realizados atos simultâneos no Ministério da Educação e no Ministério das Cidades. Entretanto, numa jogada com fins eleitorais, o PSOL pressionou para que o término da manifestação fosse em frente ao Congresso Nacional.

A classe trabalhadora chega ao final de 2007 sem motivos para comemorar,

pois a ofensiva burguesa avança com toda força e as mobilizações promovidas pelo “Fórum de Mobilizações” foram incapazes de retardar quaisquer medidas das reformas neoliberais. Além disso, a decisão da direção do MST de não participar da “Marcha” explicita uma intervenção direta do governo Lula/PT no interior do movimento popular-sindical, visando frear as lutas do proletariado.

Sem a ruptura definitiva com o governismo e com o para-governismo, sem o investimento para a construção de uma Greve Geral, a classe trabalhadora continuará amargando duras derrotas no próximo período. ■



Ação Direta por um SEPE classista e combativo

Entre os dias 7, 8, 9 e 10 de novembro, estará ocorrendo o XII Congresso Ordinário do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE). Este será um evento importantíssimo porque norteará politicamente os rumos deste Sindicato que tem historicamente grande relevância no cenário de lutas dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Apresentamos a seguir um resumo de nossas posições que serão defendidas ao longo deste Congresso e que expressam de modo geral nossas críticas ao sindicalismo colaboracionista do qual, infelizmente, o SEPE é exemplo e nossa intransigente defesa do sindicalismo classista e combativo.

Os primeiros ataques do governo Lula aos direitos dos trabalhadores, como foi o emblemático caso da “Reforma da Previdência”, serviram para desmascarar de vez o nefasto papel de divisão das lutas que passariam a cumprir os setores pelegos no movimento sindical e popular. As próprias centrais e movimentos dirigidos por estes setores vieram a compor verdadeiras secretarias avançadas do governo nas lutas, contra os interesses dos trabalhadores.

A adesão da CUT ao neoliberalismo é apenas a forma histórica concreta que assume seu peleguismo, ou seja, dentro de uma etapa de hegemonia neoliberal no capitalismo. Mas esse processo começa exatamente com as próprias estratégias micro e macropolíticas, ainda nos anos 1980, não sendo mero resultado da “traição” ou “corrupção” dos dirigentes. Logo, não se trata de falar de uma crise que afeta circunstancialmente indivíduos e direções sindicais, mas uma crise que mostra a inadequação das formas de organização coletiva do proletariado diante das mudanças no capitalismo. É uma crise de todo o movimento sindical em todas as suas dimensões: relação **base-direção, trabalhador-sindicato e sindicato-classe**. As bases das forças coletivas do proletariado foram abaladas e o **sindicalismo colaboracionista** tem predominado na maior parte dos contextos nacionais.

O SEPE, numericamente, se destaca por ser o maior sindicato do Estado do Rio de Janeiro e os profissionais de educação, professores, técnicos administrativos e pessoal de apoio, possuem uma história de lutas e grandes mobilizações. Apesar de sua história e de sua dimensão, a categoria não possui o mesmo poder de mobilização de anos atrás. O desânimo expresso nas salas de professores e nos corredores das escolas denuncia o estado de ânimo da maioria da categoria: descrença na luta coletiva e sindical. A rejeição às paralisações, acompanhada de frases do tipo: “Greve não adianta nada”, é sintomática desse estado de ânimo.

Lembremos que a greve da Rede

Estadual em 2006 foi amplamente defendida pela esquerda, mas por não terem um projeto político realmente combativo para o nosso Sindicato, não conseguiram ir além da deflagração de uma greve e não a sustentaram com estratégias de ação direta até o fim. Esses partidos e correntes podem até participar de atos de enfrentamento, como já o fizeram, mas não abrem mão da investida parlamentar, não combatem o sindicalismo de estado e colaboracionista e não rompem com uma concepção corporativista e fragmentada que se expressa suas ações.

Não há dúvidas de que as poucas vitórias de movimentos grevistas e o endurecimento dos governos frente às reivindicações da categoria têm um efeito desmobilizador e faz parte da política de desmonte da educação pública imposta pelo modelo neoliberal. A burocratização e a omissão das direções do SEPE também contribuem de maneira determinante para a estagnação da categoria.

O projeto de construção de uma categoria combativa que não recue na luta pela educação pública passou a estar associado a interesses eleitorais. Essa não é a fórmula que garantiu e garante aos trabalhadores o atendimento de suas reivindicações. A saída não é esperar que parlamentares resolvam nossos problemas, porque não vão resolver. As direções apostam nisso porque querem eleger os candidatos de seus partidos.

Para que o SEPE se transforme em um sindicato combativo e classista, é importante que adote a ação direta como estratégia de luta, construindo greves, atos de rua e ocupações e possa, assim, resgatar sua autonomia frente ao estado e aos governos como era no início de sua formação, em que não se precisava pedir autorização a nenhum órgão oficial para ser reconhecido e implementar as lutas. Nossas maiores vitórias enquanto trabalhadores da educação foram conquistadas quando sequer éramos um sindicato oficial, o que só veio a ocorrer a partir de 1988.

Embora o SEPE seja um sindicato por ramo (o que é um dado positivo), percebemos que há uma fragmentação no encaminhamento das lutas. A orientação deve ser buscar unificar as lutas da rede estadual com as municipais, criticando a fragmentação e o corporativismo presentes entre os trabalhadores.

A fragmentação só prejudica os trabalhadores que perdem a chance de somar forças no enfrentamento contra os patrões e governos. Atualmente cada rede possui um calendário e sua pauta de reivindicação. As greves ocorrem em momentos diferentes e não há articulação alguma entre os movimentos de luta de uma rede com outra. Devemos apontar para a unificação das lutas dos trabalhadores da educação em todo o estado, visando

em longo prazo construir também um movimento de mobilização para toda a educação (rede privada, municipal, estadual, federal).

Desse modo, nossas principais reivindicações devem ser:

- Piso de 5 salários para professor e 3,5 para funcionários (reivindicação do SEPE a partir de consulta ao DIEESE). Essa deve ser a principal reivindicação com relação aos salários.
- Fim dos contratos em todas as redes e realização imediata de concursos onde for necessário.

- Turmas com limites de alunos (15 alunos para educação infantil, 20 para o ensino fundamental e 25 para o ensino médio).
- Melhores condições de trabalho e infraestrutura para as escolas (biblioteca, laboratórios, etc).
- Eleições livres nas escolas e gestão democrática em todas as redes.

Para tanto é necessário que adotemos ações que busquem fortalecer nossa solidariedade de classe e construir um movimento realmente combativo que nos garanta vitórias frente aos patrões e governos, tais como:

- Construir a luta de forma unificada, mas não apenas como retórica. Isso deve ocorrer através de assembleias unificadas entre as diferentes redes municipais e a rede estadual.
- Criação de comissões permanentes de mobilização para realizar atividades mensais nas escolas como debates e seminários.
- Realização de atos simultâneos de ocupação nas CRE's e Coordenadorias de Educação.
- Aumentar a participação dos funcionários e pessoal de apoio. Os núcleos devem produzir materiais e debates nas escolas cujo foco seja fomentar a participação destes.
- Fomentar a realização de eleições para representantes de escolas, que integrarão o conselho de representantes que elegerá os delegados sindicais com mandatos. A figura do delegado sindical é fundamental em nossa perspectiva e o estatuto do SEPE prevê sua existência.

No sentido da unificação que defendemos, a denúncia das sucessivas traições das centrais governistas e a convocação dos trabalhadores para formarem uma Coordenação Nacional de Lutas/CONLUTAS foi um passo acertado para o avanço da luta de classes no primeiro



Assembleia da categoria vota a continuidade da greve em 2003.

governo Lula. Acertado na medida em que representou a defesa de uma alternativa de reorganização para a classe trabalhadora, combatendo as estruturas já completamente atreladas ao projeto neoliberal do governo Lula e abertamente inimigas das bandeiras históricas dos trabalhadores.

Nestes primeiros anos, apesar do refluxo da crise e do refluxo das lutas, fruto da hegemonia do peleguismo e do reformismo nas últimas décadas, os setores mais avançados do proletariado indicaram para a massa a necessidade de se agrupar num pólo anti-governista. Desta maneira, o combate às “reformas” neoliberais do governo do PT teria a independência necessária das centrais e direções governistas, única forma de realmente buscar uma oposição de massas ao ataque que a burguesia promove contra os principais direitos dos trabalhadores. A formação da CONLUTAS representou, portanto, um ensaio de construção de uma nova central de classe.

Após um ano de sua desfiliação da CUT, o SEPE ainda não teve rumo definido em relação aos acontecimentos que visam a reorganização da classe trabalhadora. Nosso Congresso é o momento mais oportuno para aprovarmos a filiação do SEPE à Conlutas. E devemos a partir de então lutar para a construção da CONLUTAS como uma central de classe que organize movimento de oposição ao neoliberalismo e ao capitalismo.

Nossos delegados na CONLUTAS deverão ser eleitos nas assembleias da categoria e as decisões encaminhadas a esta também devem ser debatidas e aprovadas pela base do SEPE. Só assim, construiremos uma entidade que aglutine e organize a luta as mais diferentes frações da classe trabalhadora no combate às reformas neoliberais e ao capitalismo. ■

**Avante a luta dos profissionais da educação!
Por um SEPE Classista e Combativo!**

1937-2007: 70 anos das Jornadas de Maio na Espanha

“Nós havíamos previsto que a linha traçada depois de julho de 1936, dissociando a guerra da revolução, conduziria inevitavelmente ao desastre. Nossas teses foram confirmadas pelos fatos. A revolução foi perdida em maio de 1937, E COM ELA A GUERRA. (...) Os dirigentes da CNT-FAI se tornaram assistentes dos liberais burgueses, da pequena burguesia e do capitalismo internacional, os quais, sob a máscara da democracia, serviram ao fascismo. Portanto, os dirigentes da CNT-FAI derrotaram a revolução espanhola” (“Os Amigos de Durruti acusam”. Los Amigos de Durruti. junho/julho de 1939).

O episódio da Guerra Civil Espanhola foi dos mais trágicos para a luta do proletariado do século passado. Seu desfecho foi decisivo para todo um momento histórico e marcou um longo período de refluxo das lutas dos trabalhadores, emergindo a II Guerra Mundial e a expansão do fascismo e do nazismo. Dentre os fatos mais decisivos, são lembradas as chamadas Jornadas de Julho (1936) e as Jornadas de Maio (1937), episódios em que as massas tomaram as ruas e as armas contra a burguesia e o capitalismo.

Em meio ao crescimento das mobilizações do movimento operário na Espanha e a atos classistas de ação direta, um governo republicano burguês assume o governo central e a Guerra civil se inicia com um levante liderado pelo general Franco em julho de 1936. Frente a essa ameaça e ao imobilismo do novo governo burguês, os trabalhadores saem às ruas, tomam quartéis e armas em todo o país, iniciam a luta contra o exercito fascista e formam organismos de segurança e defesa operários, assim como de organização e gestão das fábricas e campos coletivizados que, em grande parte, foram abandonados com a fuga de patrões e serviços superiores amedrontados com o levante operário. O movimento operário era hegemonicamente organizado na Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), cuja origem remontava aos fins da influência bakuninista das seções da Primeira Internacional, assim como de elementos que, desde aquele período, já combatiam o bakuninismo.

O fato é que a CNT e a predominância “anarquista” dentre os trabalhadores chegava a ser quase absoluta nos anos 30, em especial, nas regiões industrialmente mais desenvolvidas da Espanha, tendo em Barcelona/Catalunha o principal palco dos acontecimentos das Jornadas. Todavia, tal movimento era confuso, ambíguo e acabou não respondendo ao ascenso das lutas e ao clamor revolucionário dos trabalhadores espanhóis por uma série de razões, como se verifica na descrição de um estudo do período: “Não devemos perder de vista que o movimento anarquista espanhol, se bem que era predominantemente da classe

trabalhadora, não se encontrava imune de algumas das debilidades do movimento anarquista internacional daquele período. Idealismo burguês, humanismo turbiamente definido, a substituição da reflexão política sólida por conversas filosóficas vazias, individualismo e diletantismo eram coisas comuns, especialmente entre os intelectuais, que se diziam muitas vezes mais próximos do liberalismo radical do que do sindicalismo revolucionário” (Fontenis, 1983).

O chamado “anarco-sindicalismo” da CNT, portanto, se formou e nutriu internamente uma luta entre diferentes concepções abertamente reformistas, por um lado, e revolucionárias, por outro. Foi durante a Guerra Civil, porém, que tais ambigüidades, cisões e indefinições demonstraram todas as suas debilidades e levaram as direções da CNT-FAI ao caminho da vacilação, da traição e da contra-revolução.

A debilidade do revisionismo espanhol se demonstrou claramente durante a Guerra Civil, quando sua política descambou decisivamente para o colaboração com a burguesia. Membros da CNT vieram a compor o governo burguês como ministros, defendendo uma “frente ampla contra o fascismo”, e tanto em julho de 36 quanto em Maio de 37, quando já avançava um movimento de oposição ao reformismo ministerialista da direção da CNT-FAI, estes mesmos setores novamente vieram a respaldar a república burguesa e, junto aos stalinistas, reprimiram dura e covardemente os setores revolucionários.

Nos primeiros dias de Maio de 37, o governo regional da Catalunha lança suas forças repressivas para desarmar os comitês operários e as forças que se organizavam desde o levante do ano anterior. Em resposta a este ataque, os operários entram em greve geral e tomam praticamente toda a cidade de Barcelona em poucos dias, retomando a via revolucionária. Rapidamente, a direção da CNT manda seus ministros “apaziguarem o conflito”, defendendo que os operários baixem as armas enquanto o governo central, com sua convivência, mandava suas tropas. Por outro lado, uma oposição interna denominada *Los Amigos de Durruti* já combatia o colaboracionismo e o reformismo que tomou conta da burocracia da CNT. Tal grupo, mesmo censurado e com lideranças presas

e assassinadas, lançou e propagou suas posições através de jornais e folhetos clandestinos, lutando ao lado do proletariado catalão contra a traição da CNT-FAI, a burguesia republicana e os stalinistas. Este momento foi decisivo, como denunciaram os

Amigos de Durruti, pois não pairava mais dúvida alguma do fervor revolucionário do proletariado espanhol que, em maio, saiu às ruas e derrotou o governo republicano burguês. Os *Amigos de Durruti* posteriormente demonstraram que tinham razão ao defender que só a revolução levaria os trabalhadores à vitória contra o fascismo, a burguesia não o faria.

Eles defenderam que era necessário destituir o governo burguês, estabelecer uma Junta Revolucionária constituída por delegados dos trabalhadores da cidade e do campo,

assim como pelos combatentes do front, desarmar e liquidar as forças contra-revolucionárias, constituir um Exército dirigido e controlado diretamente pelos trabalhadores e coletivizar toda a economia. Não seria despropositado dizer que, se as jornadas de julho de 1936 estiveram para o fevereiro de 1917 russo, no qual se constituiu um governo republicano burguês, as Jornadas de Maio de 1937 estariam para o levante insurrecional russo de outubro.

As denúncias e a organização ao mesmo tempo heróica e tardia da Agrupação dos *Amigos de Durruti*, por sua vez, fizeram por retomar e confirmar teses muito antes defendidas por Bakunin, que



El Amigo del Pueblo, jornal dos Amigos de Durruti que circulou entre maio de 1937 e fins de 1938, dirigido por Jaime Balus.

já afirmara que a Revolução é a guerra. E que o triunfo dos trabalhadores não se dará nunca através da aliança com a burguesia, mas sim quando se destrói seu Estado e a propriedade privada através de suas lutas e da sua unidade contra a classe exploradora. Afinal, mesmo os mais fervorosos e radicais republicanos e patriotas burgueses preferem ser dominados pelos imperialistas a ver o capitalismo ruir sob o poder do proletariado. **A revolução não leva os trabalhadores à derrota numa guerra, mas à sua vitória. O contexto de guerra não suplanta a luta de classes. Não há colaboração com o Estado burguês.■**

As Jornadas de Maio não serão esquecidas!

Viva a luta revolucionária dos trabalhadores! Viva os revolucionários anarquistas!